

ENTRE
ARQUITETURAS,
CIDADES E
FEMINISMOS

PESQUISAS DO
OBSERVATÓRIO
AMAR.É.LINHA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Entre arquiteturas, cidades e feminismos [livro eletrônico] : pesquisas do observatório amar é linha / organização Carolina Pescatori, Maribel Aliaga. -- 1. ed. -- Brasília, DF : LaSUS FAU : Editora Universidade de Brasília, 2022.
PDF.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-84854-05-5

1. Arquitetura 2. Cidades 3. Feminismo
4. Mulheres arquitetas 5. Mulheres - Aspectos sociais 6. Urbanismo I. Pescatori, Carolina.
II. Aliaga, Maribel.

22-122453

CDD-720

Índices para catálogo sistemático:

1. Arquitetura 720

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

ENTRE
ARQUITETURAS,
CIDADES E
FEMINISMOS

PESQUISAS DO
OBSERVATÓRIO
AMAR.É.LINHA

SUMÁRIO

7 Entre palácios e mulheres

Maribel Aliaga

16 Apresentação

Maribel Aliaga; Carolina Pescatori

21 Da cozinha para a rua

A afirmação da mulher como arquiteta

Luiza Rego Dias Coelho

parte 1
Teoria

41 Arquiteturas feministas

Ana Carolina Medeiros

**61 A arquitetura feminina
invisibilizada de Brasília**

*Apagamento das mulheres em
catálogos arquitetônicos*

Júlia Moreira

87 Senzala moderna

*A permanência dos “quartos de
empregada” em Brasília*

Sarah Gabrielle Lucena Silva

parte 2
Violência

105 Arquitetura de fronteir[a]

Mulheres entre Brasil/Venezuela

Júlia Coutinho; Ricardo Trevisan

125 Refugiadas urbanas

Design tático para repensar o trajeto das mulheres em situação de rua na Asa Norte de Brasília

Nádia Vilela

153 O acolhimento social da mulher indígena no Brasil e aspectos habitacionais

O caso de Dourados (MS)

Maitê Campos Vieira

parte 3
Pandemia

177 Cartografia da covid-19

A situação da classe das trabalhadoras domésticas no Distrito Federal

Lorrany da Silva Arcanjo

193 Mulheres na pandemia

Costuras sobre narrativas e números

Júlia Bianchi

parte 4
Perspectivas

215 Direito à cidade para mulheres:

Análise dos planos diretores do Distrito Federal

Sara Cristina de Carvalho Zampronha

247 Montando o Ferro's Bar

Reivindicando a memória lésbica no Brasil

Alyssa Volpini

278 Sobre as autoras

ARQUITETURA DE FRONTEIR[A]

MULHERES ENTRE BRASIL/VENEZUELA¹

1. O artigo foi apresentado e publicado pela primeira vez no evento VI ENANPARQ e consta em seus anais, na seção mesas temáticas eixo 1, intitulado “projeto, políticas e práticas”.

Júlia Coutinho
Ricardo Trevisan

RESUMO

Ao compreender a limiariade como uma zona fronteira — nebulosa em sua composição, imprecisa em sua definição —, trazemos à baila um caso específico: a fronteira entre Pacaraima, no Brasil, e Santa Elena de Uairén, na Venezuela. Pauta internacional no contexto atual, seja no mundo, seja no Brasil, tal tema traz consigo políticas anti-imigracionistas. Hiperconectados na nuvem, excludentes nas ações, políticos e sociedade antagonizam posturas e transformam tais zonas em campos de disputas. No contexto brasileiro, isso ocorre há alguns anos na fronteira roraimense, onde um número cada vez maior de venezuelanos busca refúgio para uma das piores crises migratórias sul-americanas do mundo moderno. Com isso, a cidade de Pacaraima sente as consequências diretas da situação no país vizinho e luta contra uma sobrecarga de sua infraestrutura. Particularmente, as mulheres e crianças são as que mais sofrem com a situação de vulnerabilidade. Mas como utilizar a Arquitetura para reverter tais cenários? O presente trabalho vem, a partir de investigação *in loco* e em fontes referenciais específicas, apresentar dados sobre fronteiras secas, como a presente entre Brasil e Venezuela, e a condição de mulheres nesse contexto.

PALAVRAS-CHAVE

arquitetura; fronteira; imigrantes; apoio; mulheres; feminismo; vulnerabilidade.

INTRODUÇÃO

Ao compreender limiariade como uma zona fronteira — nebulosa em sua composição, imprecisa em sua definição —, trazemos à baila um caso específico: a fronteira entre Pacaraima, no Brasil, e Santa Elena de Uairén, na Venezuela. Trata-se de expor a fronteira como campo de atuação de arquitetos e urbanistas. A percepção de tais paisagens fronteiriças, seu ambiente e seus usuários, se torna crucial para aqueles profissionais que vão tomá-las como suporte para seus projetos. Um cenário peculiar que passa por transformações inesperadas a depender dos contextos político-econômicos presentes nos países vizinhos. Um caso particular apresentado — fronteira entre o Brasil e a Venezuela — a fim de auxiliar melhor profissionais e demais interessados em compreender, refletir e propor soluções factíveis e direcionadas a tais zonas limiaries.

No dicionário “Michaelis”, é possível encontrar a definição de fronteira como parte que corresponde ao limite extremo de uma terra, área, região etc., a parte limítrofe de um espaço que confina com outro. Claude Raffestin (1993) afirma que as fronteiras são zonas camufladas em linhas. Já Friedrich Ratzel (1988), destaca duas características: a fronteira como zona, na forma de cidades, e a fronteira como linha, o traçado geodésico. Independentemente de ser medida por área ou delimitada de forma linear, a definição de uma fronteira sempre será baseada na dualidade entre o início e o fim de um espaço. As fronteiras podem, ainda, assumir diferentes tipos, como mostra Josep Maria Montaner e Zaida Muxi em *Arquitetura e Política* (2014), os quais pontuam três possibilidades: 1) visíveis entre países; 2) invisíveis entre os bairros; e 3) policiais nos aeroportos e lugares de embarque e desembarque. Nessa classificação, podemos dizer que as fronteiras necessariamente estabelecem limites, mas nem sempre barreiras físicas. Já Zygmund Bauman, em *“Vidas desperdiçadas”* (2005), defende que a construção de fronteiras seria uma tentativa frenética dos tempos atuais de combater os riscos e perigos do mundo contemporâneo e acrescenta que quanto mais fracassamos como sociedade mais ficamos obcecados pela ideia de segurança.

O tema surge a partir do interesse na região fronteira entre o Brasil e a Venezuela, que se destaca no contexto nacional e internacional por ser uma das maiores crises migratórias da

história da América Latina (ACNUR, 2019) e exemplo de um fenômeno contemporâneo pautado no paradoxo entre o mundo hiperconectado e as tendências anti-imigracionistas. Dentro do contexto das cidades de Pacaraima (Brasil) e Santa Elena de Uairén (Venezuela), esse paradoxo começou a ser sentido após uma intensa crise político-econômica na Venezuela que desestabilizou a região, antes interdependente. A complementaridade das duas cidades deu lugar à sobrecarga dos sistemas de infraestrutura básicos, como os da saúde e educação (IDESF—Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras, 2018), gerando assim uma instabilidade que culminou em várias tentativas de bloqueio das fronteiras e atitudes xenofóbicas.

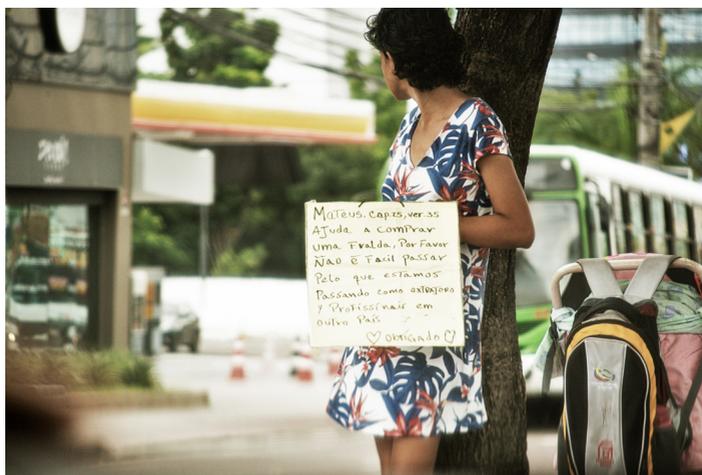


Figura 1

Mulher venezuelana em situação de vulnerabilidade na cidade de Manaus, 2019.

Fonte: a autora.

Ao observar a situação, é possível notar o aspecto dual em todos os níveis e agentes dessa equação. Conforme a ajuda humanitária chega até os venezuelanos que buscam refúgio no Brasil, o sentimento preconceituoso contra o imigrante cresce entre a população brasileira que em diversas manifestações populares demanda o fechamento do acesso ao país. Hoje, o controle de entrada e saída entre Brasil e Venezuela ainda respeita a construção dos laços desenvolvidos durante décadas entre os moradores das duas cidades fronteiriças, que estabeleceram suas relações diante da livre circulação de bens, serviços e pessoas. Contudo, essa realidade está ameaçada pela instabilidade, insegurança e medo por parte de alguns cidadãos brasileiros, que não estão dispostos a tolerar as consequências da crise.

Ao pensar na fronteira, tendemos a correlacioná-la com a ideia de controle de fluxos, passagens vigiadas e atitudes coibidas, mas esse não é o caso dessa fronteira especificamente, e não deveria vir a ser. A realidade é constituída, por exemplo, por crianças das comunidades indígenas situadas do lado venezuelano da fronteira que frequentam escolas estaduais de Roraima e criam laços que formam a identidade híbrida da região. No entanto, as circunstâncias vêm mudando e cada dia mais a livre circulação habitual é interrompida devido ao receio de não conseguirem retornar às suas casas.

Diante dessa conjuntura, levanta-se a questão sobre qual seria a contribuição da arquitetura perante a fragilidade desse espaço ameaçado por muros, câmeras e controle a qualquer custo. Seguindo a dualidade da própria problemática, a alternativa poderia vir como um contraponto a fim de reequilibrar o contexto? Nesse sentido, em oposição ao medo e ao controle, tem-se a confiança e a união que o espaço construído pode proporcionar aos seus usuários. O objetivo geral posto é encarar a fronteira Brasil-Venezuela não como uma linha divisória, mas como um espaço de conexão e entender a complexidade de um espaço definido pela própria indefinição e caracterizado pela transitoriedade.

Particularmente, este trabalho também trará um outro tema importante para o debate: o ser feminino. O silenciamento histórico perpetuado contra a mulher até os dias atuais faz com que grande parte dos questionamentos e proposições do gênero feminino sejam consideradas irrelevantes. Por esse motivo, muitas demandas reais são negligenciadas e generalizadas sob a perspectiva do gênero masculino, sem levar em conta as particularidades do sexo oposto. O resultado disso são espaços segregacionistas, que não protegem as mulheres e não consideram a sua escala, além de promover a exclusão mediante as oportunidades e uma consequente vulnerabilidade social associada à mulher.

Em zonas fronteiriças, como em Pacaraima (RR), a lacuna no suporte à mulher imigrante não consegue ser preenchida pelas instalações de apoio, muitas vezes devido ao seu caráter emergencial que não abrange todas as especificidades da mulher, e também em virtude da misoginia enraizada nos moldes das instituições que prestam esses serviços (o Exército, por exemplo). Questões cruciais como déficits na educação sexual feminina e

acesso a serviços de saúde adequados, a falta de oportunidade de empregos, a responsabilidade com as crianças e a desvalorização de suas áreas de atuação não são levadas em consideração. Por isso, este artigo agrega esse universo ao tema principal.

1. A SITUAÇÃO FRONTEIRIÇA BRASIL/VENEZUELA

A situação conturbada enfrentada pela cidade brasileira de Pacaraima (RR), situada na fronteira entre o Brasil e a Venezuela, é fruto de um êxodo de milhões de venezuelanos que, desde 2015, cruzaram as fronteiras de seu país em busca de condições de vida melhores. O principal motivo desse fenômeno é a crise política e econômica no país, que se torna também humanitária a partir do momento em que direitos como a saúde, a alimentação e a educação são restringidos à população. A realidade dos venezuelanos que chegam à cidade roraimense é resultado de longas jornadas de deslocamento, fome, desidratação e vulnerabilidade, somadas ao exaustivo processo de abandono de suas casas.

O trajeto da capital Caracas até a cidade fronteiriça venezuelana de Santa Elena de Uairén possui cerca de 1.300 km, contabilizando até 17 h de carro em uma viagem ininterrupta. Porém, pela falta de recursos, o alto valor dos transportes e a escassez de serviços, o trajeto geralmente é dividido em trechos que variam entre carros fretados, ônibus e caminhos percorridos a pé. Essa última condição expõe milhares de pessoas a situações de violência, como saques, roubos e até suposta extorsão por parte da própria polícia em práticas corruptas, como relatado por vários moradores e imigrantes durante a visita ao local.

O último destino dos imigrantes ainda em território venezuelano é a cidade de Santa Elena de Uairén, que fica a aproximadamente 15 km da brasileira Pacaraima, no estado de Roraima. Para realizar a travessia da linha que separa os dois países, a maioria dos venezuelanos — e também dos brasileiros que pretendem fazer o caminho inverso — utilizam os táxis coletivos que cobram cerca de R\$ 5 (cinco reais) por pessoa da Rodoviária de Santa Elena de Uairén até o posto da Polícia Federal, no Brasil.

A quantia pode parecer razoável aos olhos brasileiros, mas corresponde a cerca de um terço do salário-mínimo venezuelano de 250.000 bolívares ou aproximadamente 15 reais, de acordo com a cotação do dia 11 de janeiro de 2020 realizada pela agência de

notícias britânica *Reuters*, em matéria². A flutuação da moeda faz com que muitos venezuelanos na fronteira negociem a venda de dólares para garantir seu poder de compra, câmbio irregular que se tornou habitual na região.

Na saída da Venezuela, está localizada a Aduana Principal Ecológica Santa Elena de Uairén, que monitora a entrada e saída do país. A fiscalização dos carros é feita por cancelas e os agentes da Guarda Nacional venezuelana podem revistar o veículo. Existe reclamação recorrente na fronteira a respeito de suposta corrupção mantida nesse processo, pois muitos funcionários exigiriam ilegalmente dinheiro e objetos para permitir a passagem sem mais “complicações”.

A fiscalização dos pedestres fica por conta de uma estrutura temporária feita de contêineres que abrigam de 2 a 3 funcionários. O processo de controle e documentação é feito manualmente. A efemeridade do posto revela a improvisação da expansão dos meios de controle. Isso ocorre pois, antes da crise, a circulação entre as cidades de Pacaraima e Santa Elena de Uairén praticamente não existia, sendo o comércio, a infraestrutura e até os moradores livres transeuntes entre as duas localidades.

O processo de identificação e fiscalização na fronteira seca acontece de uma forma muito mais branda do que em aeroportos, por exemplo. Muitos moradores da região, tanto venezuelanos quanto brasileiros, ainda realizam o trâmite diariamente, seja para trabalhar, estudar ou por terem relações afetivas na outra cidade. Devido a esse movimento pendular frequente entre os países, não existe — de acordo com relatos obtidos no local — a preocupação de se identificar nos postos de controle por parte dos moradores, o que passa a ser habitual tanto para os cidadãos quanto para os próprios agentes de fiscalização.

Já em Pacaraima, está localizado o único posto fronteiro brasileiro entre os dois países, pelo qual é realizada a entrada legal no Brasil. Essa entrada é feita pela rodovia BR-174 (Brasil) e Troncal 10 (Venezuela). Sobre a condição da via brasileira, esta vem sofrendo impactos ao longo dos últimos anos devido ao aumento do número de caminhões de carga que saem de Boa Vista, capital de Roraima, em direção à Pacaraima para reabastecê-la — atualmente, ela apresenta um aumento na demanda de produtos básicos como alimentos, remédios e materiais de higiene a fim de suprir também as demandas venezuelanas.

2. Em 1º de outubro de 2021, entrou em vigor a nova moeda venezuelana, o bolívar digital, sendo a terceira reconversão monetária do país desde 2008. Em março de 2022, o governo venezuelano anunciou um aumento do salário mínimo e aposentadorias que passou a corresponder à cerca de 214 reais. Porém, de acordo com o Observatório Venezuelano de Finanças (OVF), essa quantia supre apenas uma semana de produtos da cesta básica alimentar.

Disponível em:



e em:



Acesso em: 26 jun. 2022

Existem ainda rotas ilegais de conexão entre os países em meio às comunidades indígenas: Tauraparu, Kaue e Bananal. Essa opção é praticada pelos imigrantes que não possuem a documentação necessária para atravessar a fronteira, principalmente por conta da dificuldade de acesso a emissão e renovação de documentos na Venezuela.

Mesmo com a Venezuela suspensa do Mercosul, o procedimento de entrada no Brasil ainda segue as mesmas regras praticadas pelo Bloco, sendo necessário apenas um documento de identidade válido e em bom estado e cartão de vacina atualizado. O mesmo acontece com os brasileiros que querem entrar no país vizinho, que precisam apresentar um documento de identidade em boas condições no posto de controle aduaneiro situado em Santa Elena de Uairén para receberem o chamado “*permiso*” — ou permissão de entrada na Venezuela.

Contudo, com o acirramento da crise migratória e o aumento do número de venezuelanos que chegam diariamente no Brasil, essa travessia vem se tornando cada dia mais militarizada e vigiada. A identificação dos imigrantes é essencial para que eles possam solicitar a condição de refúgio, a interiorização e o acolhimento nos abrigos junto ao governo federal brasileiro. As estruturas de controle fronteiriço brasileiras sofreram grandes modificações devido a essa nova dinâmica, que assiste hoje a uma das maiores crises migratórias mundiais. Como resposta, o governo brasileiro criou a chamada “Operação Acolhida”, ou seja, uma cooperação entre os governos Federal, Estadual e Municipal para estabelecer medidas de assistência emergencial em Pacaraima e realizar o acolhimento de imigrantes venezuelanos em condição de vulnerabilidade.

O objetivo da operação é recepcionar, identificar, triar, imunizar, abrigar e interiorizar imigrantes que chegam ao Brasil por meio da rodovia BR-174 e que precisam de assistência. Essa estrutura de ordenamento de fronteira em Pacaraima foi inaugurada em junho de 2018 e até o dia 16 de janeiro de 2020 foram atendidas 889.859 pessoas na fronteira, de acordo com dados oficiais do Governo Federal. Dessas, 264.032 pessoas regularizaram sua situação migratória e 129.558 solicitaram residência no Brasil, por meio da operação. Ainda de acordo com o Governo Federal, nesse mesmo período, cerca de 246.000 CPF foram emitidos e 388.010 doses de vacina foram administradas³.

3. De acordo com o Informe de Migração Venezuelana do Governo Federal, correspondente ao período de janeiro de 2017 a abril de 2022, nesse período foram emitidos 399.200 CPFs para venezuelanos no Brasil.

Disponível em:



Acesso em: 26
jun. 2022

Durante visita à base da operação, em Pacaraima, foi possível observar a quantidade de pessoas que utilizam esse espaço, cerca de 600 por dia, de acordo com estatísticas obtidas no local com funcionários da base militar. O atendimento é dividido em setores para facilitar a logística do espaço e conta com posto de recepção, posto de triagem, posto de atendimento avançado e os abrigos temporários.

A recepção é feita em um galpão separado e sua função é o controle de documentação de todos aqueles que entram no país. Anteriormente, essa atividade acontecia no Posto da Polícia Federal, localizado a menos de 100 metros de distância do novo espaço, porém, foi suspenso devido à incapacidade de abrigar um número tão elevado de pessoas diariamente no local. Ainda assim, a Polícia Rodoviária Federal continua assumindo suas atividades de fiscalização, ficando responsável pela vistoria dos carros, motos, ônibus e caminhões que cruzam a fronteira em busca de atividades ilegais, como o transporte de drogas, armas e animais silvestres, por exemplo.

Na recepção, os estrangeiros que entram no Brasil são separados em dois grupos: os turistas — que seguem viagem — e os requerentes, tanto de refúgio quanto de residência, que são imunizados pelo Ministério da Saúde, se preciso, e encaminhados para a triagem. Após a identificação na recepção e a vistoria dos documentos e cartão de vacina, o imigrante em situação de refúgio é encaminhado para o posto de triagem.

No decorrer da triagem, o exército desempenha, em parceria com diversas ONG e empresas parceiras, o serviço de acolhimento ao imigrante que vai desde a emissão de CPF e Carteira de Trabalho, até as políticas de interiorização⁴ dessas pessoas. Nesse posto, são servidos alimentos e água, assim como recreação para as crianças e atendimentos de orientação, oferecidos pela ONU, UNICEF, UNHCR, AVSI, Cruz Vermelha etc.

Se porventura algum venezuelano apresentar sintomas de doença ou precisar de socorro, as Forças Armadas disponibilizam ainda o Posto de Atendimento Avançado. Esse espaço é bem equipado e conta com leitos de internação e isolamento, assim como exames laboratoriais e atendimento especializado em pediatria, ginecologia e obstetrícia. Para situações mais graves e perduráveis, o Hospital Délio Tupinambá está situado a 2 km de distância e promete ser um ponto estratégico — equipamento

4. Políticas de interiorização são medidas do Governo Brasileiro para transferir os imigrantes venezuelanos para as cinco regiões do Brasil, com o objetivo de promover a inclusão socioeconômica dessa população.

recuperado pela própria “Operação Acolhida”. O objetivo é suprir a demanda que cresce exponencialmente na cidade e deixar um legado para Pacaraima ao final da crise⁵.

5. Não foram computadas neste trabalho as consequências da pandemia decorrente da covid-19, que chegou ao local entre março e abril de 2020.

Após o processo de orientação e eventual passagem pelo posto de atendimento avançado, o imigrante venezuelano tem a opção de passar um tempo pré-determinado no abrigo BV-8. As instalações do abrigo têm a capacidade de acomodar até 500 pessoas em galpões separados entre femininos/infantis e masculinos, e um número reduzido de módulos exclusivos para que famílias inteiras permaneçam juntas. Aulas de português são ministradas para as crianças, e são disponibilizados banheiros, produtos de higiene básicos, água potável e pontos de lavanderia.

O funcionamento do abrigo é apenas noturno, ou seja, a pessoa deve se deslocar durante o dia para a cidade com o intuito de trabalhar, estudar etc. Porém, a realidade é que nem todos os venezuelanos que chegam ao Brasil conseguem estabelecer uma vida em Pacaraima, o que gera uma grave situação de moradores de rua que não têm para onde ir nesse período do dia e acabam se expondo à vulnerabilidade.

Muitos venezuelanos não conseguem empregos na cidade e o principal motivo ainda é o preconceito. Para a população brasileira residente de Pacaraima, o grande número de venezuelanos na rua é sinônimo de insegurança. Casos de violência, roubo e furtos ganham destaque quando associados aos imigrantes, o que gera uma associação generalista dessas pessoas à criminalidade sem considerar, por exemplo, a situação de miséria em que vivem.

O número elevado de imigrantes que entram na cidade diariamente é, de fato, motivo de preocupação para o estado de Roraima, que hoje possui o menor PIB do Brasil, de acordo com o IBGE, em 2019. O acréscimo populacional gerado pela entrada dos imigrantes acaba evidenciando problemas de governança e gestão de recursos, porém, a causa não reside nos venezuelanos (NIÑO, 2018). Logo, as reações adversas a essa população fragilizada não possuem fundamento, pois carências na saúde, educação e infraestrutura são problemas estruturais no Estado.

Para tentar minimizar as consequências do acúmulo de imigrantes na região Norte do Brasil, a denominada Operação Acolhida tem como objetivo final a interiorização dessas pessoas no país, o que consiste em um processo de distribuição dos venezuelanos entre as cinco regiões brasileiras e,

consequentemente, a partilha da responsabilidade também com os estados mais ricos da União, aumentando, assim, a oferta de mais oportunidades de emprego e geração de renda para as pessoas em situação de refúgio.

De acordo com Viviane Esse (2018), subchefe da Secretaria de Articulação e Monitoramento da Casa Civil, o Brasil tem capacidade para absorver os imigrantes, visto que o número de estrangeiros que entram no país ainda é inferior ao número de brasileiros que o deixa. Acrescenta, ainda, que a resposta não é a construção de mais abrigos, mas sim o ingresso dessas pessoas no mercado de trabalho em municípios que não estão esgotados, como, por exemplo, Boa Vista e Pacaraima.

Contudo, ao contrário do que a população é levada a considerar, uma recente pesquisa da ONU intitulada “A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas”⁶, de janeiro de 2020, revela que os indicadores de desenvolvimento de Roraima registraram marcas positivas de atividade econômica e diversificação exatamente a partir do período de intensificação do fluxo migratório de venezuelanos no estado. O refugiado possui grande impacto na economia, pois representa uma pessoa economicamente ativa que, como qualquer outra, procura trabalho, consome, busca serviços e paga por eles. Além disso, a diversidade surge a partir do poder do refugiado de agregar seus costumes e hábitos de origem com os costumes e hábitos brasileiros, reinventando práticas e somando-as ao aspecto cultural do Brasil, o que, por sua vez, também favorece a economia.

Por fim, é importante entender a trajetória dos imigrantes para ter um espectro total dos desafios e obstáculos vencidos que os fizeram chegar até aqui. O caminho não é fácil e o sentimento de abandonar suas casas, profissões e, por vezes, até sua família em busca de sobrevivência é inimaginável. Empatia e atenção às suas reais necessidades é o mínimo que podemos fazer para reconhecer o direito do ser humano à vida.

2. AS MULHERES EM TRÂNSITO

Em janeiro de 2020, a autora deste trabalho realizou uma viagem de campo para a cidade de Pacaraima, a fim de coletar dados e vivenciar o espaço de transição entre o Brasil e a Venezuela. O

6. ACNUR (2020).

Disponível em:



Acesso em: 26
jun. 2022

itinerário incluiu uma viagem de avião de Brasília até Manaus, uma viagem de Manaus a Boa Vista em ônibus coletivo e, o último trecho, entre Boa Vista e Pacaraima, em veículo táxi. A seguir, consta um trecho do diário de viagem elaborado durante os dias em trânsito pela região Norte do Brasil.

Boa Vista, 15 de janeiro de 2020.

Cheguei a Boa Vista na manhã de quarta-feira, às 7 h, depois de uma viagem de ônibus vinda de Manaus que durou cerca de 11 h. O próximo passo seria um trajeto de aproximadamente 3 h em direção a Pacaraima, extremo norte do estado de Roraima, que faz fronteira com a Venezuela. O percurso mais comum é feito por meio de táxis fretados, que cobram R\$ 50 por pessoa e operam sempre em lotação máxima de 6 passageiros, por meio da BR-174.

Contratamos o serviço e às 10 h da manhã estávamos esperando o motorista, que chegou acompanhado de três outros passageiros: uma venezuelana que retornava ao seu país de origem, um brasileiro que pretendia ingressar na cooperativa de transporte e D. Cleide, brasileira de aproximadamente 40 anos, vinda de Manaus. Esta perdeu o ônibus que saía da rodoviária até a cidade e teve que contratar o táxi, R\$ 20 mais caro, mas que a deixaria na porta do ateliê de sua mãe, em Pacaraima. Sorte a minha. Completadas as seis pessoas no Chevrolet, seguimos viagem.

O assunto iniciou quando perguntei o motivo da viagem para as duas mulheres ao meu lado, focando a minha atenção na estrangeira, que não deu muitas explicações. Do meu lado, D. Cleide, me mostrando uma foto, contou que ia visitar sua filha, que havia ficado na cidade de Pacaraima por conta das atividades escolares. A menina é jogadora de handebol e mora com a avó materna, costureira na cidade. Indagada sobre o motivo de sua mudança, ela alegou que a situação na cidade se tornou insustentável e em razão de uma oportunidade na compra de um sítio, no estado de Amazonas, partiu deixando parte da família e sua cidade natal.

Seu grande sonho hoje é que a filha termine os estudos e vá morar com ela na nova casa, longe da violência e do tumulto que afirma presenciar na fronteira. Todos no carro concordaram. Nessa hora, o assunto tomou a direção que eu tanto aguardava: a crise

migratória que tomou conta da cidade e modificou a vida de milhares de pessoas. Pergunto como era a relação entre as duas cidades antes de toda a situação política vigente e a resposta foi unânime: éramos amigos. Não havia distinção onde uma cidade começava e a outra terminava, muitas crianças venezuelanas frequentavam a escola no Brasil todos os dias e a região era chamada de “Pacazuela”.

Hoje, a situação é diferente. Cleide contou que a filha não tem ido aos treinos e só consegue frequentar a escola devido à militarização, de modo que assim se sente mais segura. O problema, assegura ela, não são os moradores de Santa Elena de Uairén, cidade venezuelana que faz fronteira com Pacaraima, pois aqui todos já se conhecem, mas sim os vindos do interior do país, que fogem da escassez. Há alguns meses, uma de suas amigas voltava da igreja e foi abordada na rua por quatro venezuelanos que tentaram estuprá-la. “Queremos hacer amor”, diz ela ao imitar a aproximação. A vítima, menor de idade, está traumatizada e agradece a sorte de ter conseguido correr a tempo e encontrar um local seguro.

A mãe de família desabafa: “— O pior podia ter acontecido, e ainda pode acontecer com a minha filha e com as filhas de tantas outras mães, brasileiras e venezuelanas, que por trabalharem demais não têm tempo de protegê-las 24 horas por dia”. Não importa a nacionalidade, nem a condição de cidadã ou refugiada, as situações de negligência e violência contra a mulher atingem a todas e suas consequências extrapolam o período da crise, deixando sequelas para toda a vida.

Várias mulheres venezuelanas chegam à fronteira grávidas e sozinhas, ou com mais de um filho pequeno, e culpam a dificuldade de adquirir anticoncepcionais na Venezuela. Muitas delas, devido ao desabastecimento dos hospitais, procuram o Brasil para gerar, parir e criar seus filhos em condições mínimas de segurança. A saúde materna fica na mão do Estado, que não garante métodos contraceptivos, nem condições mínimas de um parto seguro e, ainda assim, criminaliza o aborto.

Um exemplo das práticas abusivas que ocorrem na fronteira são as mulheres agredidas nos postos da Polícia Militar, situação relatada por D. Cleide. “— O exército ajuda a bater”, diz ela, e prossegue: “— É muita humilhação mesmo! Eles colocam todas em uma fila, puxam o cabelo e no dia seguinte as mulheres aparecem com marcas roxas por todo o corpo”. Diante dessa

história sinto um nó na garganta. É revoltante ver a liberdade coagida de mulheres que enfrentam diariamente situações degradantes para saírem do cenário da fome.

A venezuelana, lá do outro lado do carro, surge em meio ao diálogo e ressalta que essas mulheres, muitas vezes, largaram casas próprias, carros, empregos e carreiras bem-sucedidas por conta da falta de alimentos. Lembro imediatamente de uma entrevista que li, em meio a tantas outras sobre a crise, em que uma mãe dizia: “— É muito triste ver um filho morrer devido à falta de remédios”.

A mãe de D. Cleide, brasileira, costureira há mais de 50 anos e microempreendedora, foi juntando seu dinheirinho durante toda a carreira até abrir o seu próprio ateliê. Hoje, possui máquinas industriais que orgulhosamente exhibe, vindas de São Paulo, e faz parte da educação básica pública de Roraima, costurando uniformes para escolas de todo o estado. Em seu espaço de trabalho, emprega uma funcionária venezuelana, que ajuda na operação das máquinas e é o seu braço direito na hora de tocar o negócio. “— Eles não querem empregar os venezuelanos, imagina as mulheres venezuelanas!”, acrescentou ao me contar essa história.

Infelizmente, a crise agrava um fenômeno já conhecido entre as mulheres: o da desigualdade salarial e da inexistência de oportunidades de emprego para as profissionais do gênero feminino. A crise é tanta que muitas recorrem à prostituição, tendo a atividade crescido exponencialmente nos últimos anos no estado de Roraima. Em Boa Vista, essas mulheres ganharam o apelido de “ochenta” por conta do valor cobrado — R\$ 80, em espanhol. O problema se torna ainda maior por envolver casos de exploração sexual infantil e a propagação de infecções sexualmente transmissíveis (IST) entre as imigrantes, principalmente pela desinformação e pela falta de acesso aos serviços básicos de saúde.

No meio da viagem, após a parada para tomar um café e 2 h ininterruptas de estrada, seguimos conversando e em meio às histórias de assassinatos brutais, do clima mais fresco que surge conforme subimos no mapa, e dos indígenas que vivem naquela região, eis que deparo com um relato que não pode ser ignorado. “— Uma vez”, Cleide começa, “aluguei um quarto para uma mãe que chegou sozinha com as três filhas. Logo, viramos conhecidas e as filhas, que gostavam de arrumar o cabelo da gente, vinham

sempre fazer penteados lá em casa e ganhar um dinheirinho”. A convivência fez com que a família criasse intimidade e confiança em Cleide, que sempre convidava as meninas para comer em sua casa e tentava ajudar da forma que conseguia. Certo dia, Laura a mais nova das irmãs, de apenas 10 anos, contava para Cleide que já vinha se preparando para assumir a mesma função de sua mãe: “Ser puta”, ela disse. E Cleide franze a testa em tom de repúdio. — Foi quando eu a chamei para conversar: tem que estudar, menina, para se sustentar e ser alguém na vida. E ela me respondia: tem certeza, tia? Todas as minhas irmãs já trazem dinheiro para casa”.

As irmãs de Laura, todas menores de idade, e sua mãe, enxergaram na prostituição a única saída para alimentar a família. Em episódios como esse, a desinformação custa caro para a saúde dessas mulheres e traz graves consequências como a gravidez precoce, que aconteceu com uma de suas irmãs, de apenas 13 anos. Histórias como essa são difíceis de engolir, mas refletem a dura realidade da mulher imigrante, refugiada e pobre no nosso país.

Depois desse relato, foram mais 40 minutos em silêncio na estrada. Deixamos a venezuelana em um hotel, logo na entrada de Pacaraima. O futuro taxista, na cooperativa. D. Cleide, no ateliê da mãe. Despedi-me com um abraço e certa de que a viagem já tinha sido válida logo nas primeiras horas, pois aquela conversa já havia modificado muita coisa em mim.

A melhor parte de conhecer essa mulher foi reconhecer a personificação da resiliência, ali, do meu lado, somada à inquietude diante das injustiças com o feminino e a “sororidade” em prática, viva. A empatia natural entre mulheres levou Cláudia a chamar o Policial Militar acusado de bater nas venezuelanas para conversar. Ela, com no máximo 1,60 m de altura, me contou que não conseguia se calar diante de tamanho absurdo. — Eu fui dizer que sabia dos meus direitos. Eles acham que a gente não sabe das coisas, que somos ignorantes só por morar no interior. Não tem aquela lei, Maria da Penha, que diz que não pode bater em mulher? Como é que eles mesmos fazem isso?”, indagou.

D. Cleide, eu também não sei. Não sei o que faz um ser humano querer diminuir a existência do outro ao ponto de humilhar, desrespeitar e até matar. Mas sei como a força feminina nos inspira a sermos cada vez mais fortes diante das injustiças

sofridas. Sei que o caminho é persistir e lutar para que as vozes de todas sejam ouvidas — não caladas —, principalmente das que estão à margem — invisibilizadas. Começemos pela forma mais simples: nos escutando. Hoje, eu escrevi a sua voz e espero que ela possa inspirar tantas outras, como me inspirou. (AUTORA, 15/01/2020).

Os relatos coletados pela autora, em viagem exploratória ao local escolhido para desenvolver a pesquisa, foram aqui propositalmente colocados — mesmo que extrapole aspectos normativos de forma — para introduzir o contexto das mulheres na fronteira entre Brasil e Venezuela. Com a taxa de feminicídio em crescimento de 7,2% em 2019, no Brasil, devemos ter especial atenção ao discutirmos a situação de vulnerabilidade no qual as mulheres se encontram, em específico aquelas que migram para o país. Embora Pacaraima seja vista como um intermédio, um ponto de passagem, para se chegar a outro lugar, ali, muitas mulheres ficam presas àquela realidade, com liberdades tolhidas pela negligência do Estado, situações abusivas, marginalização e exclusão das minorias — por vezes serem também indígenas e transexuais.

O apoio aos refugiados vem sendo o foco das medidas de diversas instituições públicas e privadas, com ênfase no abrigo e assistência dessas pessoas no período de transição. A situação é temporária e as medidas efêmeras ajudam pontualmente nas necessidades básicas. Porém, para as mulheres, a situação de vulnerabilidade aumenta no momento em que deparam com a violência, a prostituição e estereótipos de gênero. A condição vulnerável ainda pode ser multiplicada pela quantidade de filhos que essas mulheres trazem consigo, vindos de uma situação de profunda necessidade.

Para isso, devemos pensar a fronteira e as mulheres como uma rede de proteção a ser estabelecida para que as outras que ainda estão por vir cheguem com mais segurança, sendo mais bem acolhidas. Tais mulheres precisam, sim, de um espaço de acolhimento voltado a suas reais necessidades, onde possam acolher e ser acolhidas, receber e dar informações, assim como promover o intercâmbio de experiências e conhecimentos para fortalecer o elo que une a todas, assim como me une a elas: o feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos ser dever social, político e ético do arquiteto e urbanista repensar tais questões nos espaços de fronteira, alinhando-as com a valorização constante dos direitos humanos, assim como o reconhecimento da capacidade desses locais em agir como equipamentos sociais de integração e trocas culturais. Marcado por episódios de superlotação, xenofobia, alta demanda por necessidades básicas e violência, o espaço de fronteira também é formado por laços afetivos, intercâmbios linguísticos e diálogos econômicos — elementos norteadores de projetos.

Conceber premissas perante o que pode ser chamado de “o perigo da história única”, pontuado pela escritora Chimamanda Ngozi Adichie (2019), por meio de notícias veiculadas em larga escala, muitas vezes sensacionalistas e parciais, pode reduzir a situação da fronteira à hostilidade, pura e simplesmente, sem entender com clareza os fatores que constituem essa equação. O perigo da história única é exatamente esse: redução da individualidade de cada agente, cada percurso, cada contexto particular a uma generalização.

Com base no princípio da arquitetura como instrumento para o bem-estar social, é importante olhar para os agentes cotidianos desse lugar com o objetivo de endereçar os espaços àqueles que mais precisam. Nesse sentido, lançam-se algumas diretrizes e comandos:

- Identificar a forma arquitetônica mais apropriada a esse local, um suporte ao programa que valorize os direitos humanos e propicie o convívio e integração entre brasileiras (os) e venezuelanas (os);
- Levantar em consideração o aspecto de restabelecimento social e econômico dessa população, bem como a assistência imediata;
- Analisar a condição das mulheres, brasileiras e venezuelanas, estabelecidas no espaço de fronteira e inseridas no contexto de crise a fim de identificar possíveis soluções espaciais que garantam suas necessidades básicas, direitos humanos e proteção; e

- Atentar e repensar os espaços destinados ao público feminino na fronteira, como Centro de Apoio a Mulheres, com o objetivo específico de questionar as condições dadas a essas mulheres em situação de crise migratória.

O caso da Venezuela é preocupante e atinge diretamente a comunidade internacional que vem discutindo medidas para minimizar os impactos do êxodo. Porém, os acordos políticos muitas vezes estão relacionados a interesses econômicos e ideológicos na região, em detrimento da população que enfrenta diariamente as consequências dessa crise. Direitos humanos estão sendo desprezados e vidas humanas estão sendo perdidas à medida que são postos mais e mais tijolos nos muros que separam ideologias, disfarçados por discursos (de ódio). Cabe a nós, enquanto profissionais responsáveis por elaborar e projetar espaços, tentar reverter ou ao menos amenizar tal situação caótica. Cabe aos arquitetos e urbanistas dar visibilidade e traços a essas zonas limiars.

REFERÊNCIAS

ABIN. **Segurança das fronteiras**. 2019. Disponível em: www.abin.gov.br/atuacao/areas-prioritarias/seguranca-das-fronteiras. Acesso em: 14 set. 2019.

ACNUR. **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano [recurso eletrônico]** : evidências e subsídios para políticas públicas / Fundação Getúlio Vargas, Diretoria de Análise de Políticas Públicas — Rio de Janeiro : FGV DAPP, 2020. 1 recurso online (148 p.) : PDF. Disponível em: www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/02/FGV-DAPP-2020-A-economia-de-Roraima-e-o-fluxo-venezuelano_compressed.pdf. Acesso em: 26 jun. 2022.

ADICHIE, Chimamanda Ngosi. **O perigo da história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRASIL. **Informe de Migração Venezuelana do Governo Federal, correspondente ao período de janeiro de 2017 a abril de 2022**. Disponível em: www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/transparencia/informativos/informe-migracao-venezuelana-jan2017-abr2022-2.pdf?view. Acesso em: dia 26 jun. 2022

ESSE, Viviane. **Brasil tem total capacidade de absorver os imigrantes**. 23/08/2018. Disponível em: cbn.globoradio.globo.com/media/audio/207817/brasil-tem-total-capacidade-de-absorver-os-imigran.htm. Acesso em: 1º ago. 2019.

HARARI, Yuval Noah. **21 Lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HASSNER, Ron E.; WITTENBERG, Jason. **International Security: Barriers to Entry: Who Builds Fortified Boundaries and Why?** Massachusetts: MIT, 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **As comissões brasileiras demarcadoras de limites**. 2019. Disponível em: scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/historia.xml. Acesso em: 20 set. 2019.

MONTANER, Josep Maria; Muxi, Zaida. **Arquitetura e Política:** ensaios para mundos alternativos. Barcelona: Gustavo Gili, 2014.

NIÑO, Edgar Andrés Londoño. Questão de segurança ou de direitos humanos? A imigração venezuelana e as mudanças na Política Externa Brasileira. **Mural Internacional**. Rio de Janeiro: UERJ, Vol. 9, N. 1, pp. 122-137.

ONU, UNHCR. **Global trends:** forced displacement in 2018. Genebra: The UN Refugee Agency, 2018.

RODRIGUES, Francilene. **Migração transfronteiriça na Venezuela.** Estudos Avançados. São Paulo: USP, Vol. 20, N. 57, pp.19-207.

SIMÕES, Gustavo da Frota. **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil.** Curitiba: CRV, 2017.

SOBRE AS AUTORAS

ALYSSA VOLPINI

alyssa.volpini@gmail.com

Alyssa Volpini é arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília (UnB).



ANA CAROLINA MEDEIROS

ana@ateliercavilha.com

Arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília, tem o gênero na arquitetura como principal área de interesse e pesquisa. Complementou sua formação acadêmica em cursos na Universidade de Groningen, na Holanda, e no Politecnico di Torino, na Itália. Atua profissionalmente nas áreas de arquitetura e *design* e é cofundadora do Atelier Cavilha.



CAROLINA PESCATORI

pescatori@unb.br

Arquiteta, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília e pesquisadora do seu Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. Doutora (UnB), mestre em Arquitetura da Paisagem (Pennsylvania State University–EUA). É coordenadora do grupo de pesquisa TOPOS — Paisagem, Projeto e Planejamento e pesquisadora do Amar.é.linha. Sua pesquisa problematiza o urbano do ponto de vista histórico e político.



JÚLIA BIANCHI

jbfbianchi@gmail.com

Júlia Bianchi é graduanda em arquitetura e urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).



JÚLIA COUTINHO

arch.juliacoutinho@gmail.com

Júlia Coutinho é arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília (FAU/UnB), com passagem pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP). Cursou Belas Artes em Portugal, na FBAUP, e hoje trabalha como arquiteta em Brasília, com foco em habitação contemporânea e conservação do patrimônio moderno.



JÚLIA MOREIRA

juliafmoreira3@gmail.com

Graduanda em arquitetura e urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).



LORRANY DA SILVA ARCANJO

lorranysarcanjo@gmail.com

Lorrany Arcanjo é graduanda em arquitetura e urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB) e integra o grupo do Amar.é.linha — Observatório de estudo feministas em arquitetura e urbanismo da FAU–UnB.



LUIZA REGO DIAS COELHO

lu.dias.coelho@gmail.com

Arquiteta e Urbanista pela Universidade de Brasília. É vice-presidente extraordinária de Ações Afirmativas e co-coordenadora da Comissão de Equidade de Gênero do Instituto de Arquitetos do Brasil. Cofundadora da Coletiva Arquitetas (in)Visíveis (2014). Pesquisadora do Observatório Amar.é.linha — estudos feministas em Arquitetura e Urbanismo.



MAITÊ CAMPOS VIEIRA

maitecamposv@gmail.com

Maitê Campos Vieira, arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília (FAU UnB), tem passagem pela École Nationale Supérieure d'Architecture - Paris Malaquais, na França. Após o contato com Belas Artes e *Design* em Paris, atua hoje como *designer* gráfica e diretora de arte em Brasília.



MARIBEL ALIAGA FUENTES

arqmarialiaga@gmail.com

Arquiteta e urbanista pela Belas Artes de São Paulo, Mestre em Teoria da Arquitetura e Urbanismo pelo PROPARG - UFRGS, doutora em Teoria e História da Arquitetura pela UnB, professora adjunta da mesma instituição desde 2008. Feminista e Pesquisadora do Observatório Amar.é.linha.



NÁDIA VILELA

nadiabtvillela@gmail.com

Nádia Vilela é jornalista e graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).



RICARDO TREVISAN

prof.trevisan@gmail.com

Professor associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB), membro do grupo de pesquisa Topos — Paisagem, Projeto e Planejamento, da FAU-UnB, e da rede de pesquisadores do Laboratório de Experiências Urbanísticas (LEU). Coordenador da equipe da Cronologia do Pensamento Urbanístico na UnB. Pesquisador CNPq. Presidente da ANPARQ (2021–2022).



SARA CRISTINA ZAMPRONHA

sarazampronha@gmail.com

Sara Zampronha é mestranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Brasília. Atualmente, pesquisa direito das mulheres à cidade, crítica feminista ao planejamento urbano, e métodos de participação ativa da população na elaboração e revisão de legislações urbanas.



SARAH GABRIELLE LUCENA SILVA

scls.sarahsilva@gmail.com

Graduanda em arquitetura e urbanismo pela Universidade de Brasília.



EDIÇÃO E REVISÃO

LUCAS CORREIA AGUIAR

correia.lucas@live.com

Lucas Correia Aguiar é mestre em linguística pela Universidade de Brasília, pela qual também é licenciado em letras. Atua como professor, consultor e revisor de língua portuguesa.



PROJETO GRÁFICO

ATELIER CAVILHA

oi@ateliercavilha.com

Atelier de arquitetura e design, criado por Ana e Filipe: duas mentes curiosas, inquietas e críticas, encantadas pelo ato de criar. Responsável pelo projeto gráfico e diagramação deste livro.



OBSERVATÓRIO
AMAR.
É.
LINHA.



O OBSERVATÓRIO Amar.é.linha foi criado em 2018 como um grupo de pesquisa voltado aos estudos feministas no campo da Arquitetura e do Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, sob coordenação da professora Maribel Aliaga. Este livro é uma coletânea de projetos e pesquisas de alunas de graduação, resultados de Trabalhos Finais de Graduação, ensaios teóricos e pesquisas de iniciação científica, desenvolvidos no Observatório e o consolida como lugar de formação e incentivo a jovens pesquisadoras. Os textos aqui apresentados desenvolvem importantes leituras críticas a partir de uma sólida abordagem política da arquitetura, do urbanismo e do planejamento, enquanto alimentam a esperança de que as pesquisas feministas se consolidem, se espalhem e frutifiquem no Brasil, especialmente em tempos tão sombrios.

textos: luiza coelho **maribel aliaga** ana carolina medeiros
júlia moreira júlia coutinho **ricardo trevisan** maitê campos
sarah silva nácia vilela **lorrany arcanjo** júlia bianchi
sara zamprona alyssa volpini

organização: maribel aliaga **carolina pescatori**

